

# **VELHA ESTRUTURA PRODUTIVA E NOVAS ESPACIALIDADES NA METRÓPOLE DE FORTALEZA**

**Maria Cleide Carlos Bernal**

(Professora da UFC e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo  
IPPUR/UFRJ)

## **RESUMO**

O artigo trata sobre o crescimento e a modernização da metrópole de Fortaleza, no contexto da moderna industrialização tardia no estado do Ceará e do florescimento do turismo, com base nos estímulos fiscais conhecidos por guerra fiscal. O estudo mostra que apesar do dinamismo econômico, a estrutura produtiva da metrópole permanece com forte concentração das indústrias tradicionais, mas aponta para um crescimento acelerado das ocupações nos serviços considerados modernos. A modernização e a reestruturação do espaço urbano, no entanto, apontam para o fortalecimento da cidade como metrópole regional.

## **INTRODUÇÃO**

As capitais nordestinas atingiram um crescimento econômico e populacional expressivo durante as últimas quatro décadas, impulsionado principalmente pela ação planejadora do Estado, especialmente desde o final dos anos 50 até o início dos anos 80. A cidade de Fortaleza foi a que mais cresceu durante as duas últimas décadas, colocando-se hoje como um pólo turístico de grande porte. A paisagem da cidade hoje não é muito diferente de outras grandes metrópoles brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro, Salvador e outras, que se “embelezaram” para receber os turistas, mantendo contudo, a face nem sempre oculta da pobreza e da marginalidade, enquanto crescem as desigualdades sociais e a segregação no seu espaço urbano.

Do final dos anos 50 até meados dos anos 80 a ação intervencionista do Estado na região Nordeste se apresentou como uma proposta de modernização do capitalismo que via na industrialização o meio de reduzir as desigualdades interregionais de renda, enquanto na década de 80, com a crise fiscal do Estado brasileiro começaram a cessar os subsídios e os estímulos fiscais para a região e na década de 90 se consolida a agenda neoliberal, com o gradual desaparecimento da ação planejadora do Estado. A chamada guerra fiscal passou a predominar como instrumento de política econômica dos estados, com o deslocamento espacial da escala regional para as escalas estadual e local.

No Ceará, desde 1987, com a queda dos “coronéis”(1) e ascensão ao poder da burguesia industrial, há uma mudança substancial da prática política e das estratégias

de política econômica. Ao eleger a agricultura irrigada, o turismo e a indústria como setores-chave para o desenvolvimento do Ceará, colocava-se com clareza a ausência de preocupação da nova burguesia que se apropriou do Estado com a agricultura e suas fragilidades climáticas, além do problema da desertificação do semi-árido. Estava exposta, assim, uma concepção de desenvolvimento que vê na indústria o foco principal das políticas econômicas, deixando a população rural e os seus interesses entregues à própria sorte. A intensificação dos movimentos migratórios em direção à capital resulta deste processo de urbanização induzido pela ação do Estado.

A nova estratégia seria a modernização da esfera administrativa do Estado para aumentar a arrecadação, quebrar o poder sindical dos trabalhadores assalariados e implementar um modelo de industrialização a partir da atração de investimentos privados via incentivos fiscais e pelo estímulo à flexibilização do trabalho. Para fazer da capital uma cidade competitiva para a atração de capitais, o Estado recorreu ao BID e ao Banco Mundial para implementar uma ampla rede de infra-estrutura que possibilitasse o desenvolvimento do turismo e a atração de indústrias das velhas áreas industriais fordistas que se reestruturavam no Sul e Sudeste do País. Ao mesmo tempo, foi lançado um amplo programa de promoção do turismo receptivo nacional e internacional a partir da ampliação e modernização do aeroporto Pinto Martins e de uma parceria sob a forma de estímulos ao setor privado nas áreas de hotéis, restaurantes, parques temáticos e entretenimentos. Cerca de 63% dos novos investimentos industriais implantados nessa fase e quase 100% dos investimentos turísticos estão concentrados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Nos anos 90 se consolida este modelo de desenvolvimento no Ceará e a capital cresce em proporção maior do que as outras capitais do Nordeste, embora a prostituição infantil e o tráfico de drogas apareçam com uma visibilidade nunca vista em períodos anteriores, marcando a face perversa deste padrão de desenvolvimento que tem no Estado o guardião e protetor dos investimentos privados e que se ausenta cada vez mais dos investimentos sociais e das políticas públicas.

---

(1) O termo coronelismo na política tem sido utilizado no Nordeste de forma pejorativa designando o político anacrônico, mandão intransigente com práticas abomináveis como o mandonismo, o clientelismo e o falseamento do voto (o voto de cabresto). Aos coronéis a literatura atribui graves responsabilidades pois teriam obstaculizado a transição para a sociedade moderna, alimentando dependências pessoais e dificultado a transformação dos trabalhadores do

campo em cidadãos, seriam entraves ao Estado democrático centralizado (DOMINGOS, p.04). Com respeito ao agrupamento político eleito em 1986 pelo PSDB, Domingos considera que continuam presentes as antigas práticas de dominação política, especialmente no interior do estado, daí porque ele prefere denominar os antigos políticos como os “poderosos no sertão”. em lugar de “coronéis”.

### **TENDÊNCIAS RECENTES DA REGIÃO METROPOLITANA**

A área metropolitana de Fortaleza que compreendia nove municípios até 1999 (Aquiraz, Caucaia, Euzébio, Fortaleza, Guaiúba, Maranguape, Maracanaú, Itaitinga e Pacatuba), foi ampliada em 29 de dezembro de 1999 por Lei Complementar, com o acréscimo de mais quatro novos municípios: Horizonte, Pacajús, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante. É neste último município onde está sendo implantado o complexo siderúrgico do Ceará e a construção do porto do Pecém.

Além da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o Ceará conta com mais dois pólos regionais que apresentam contingente populacional com mais de 200 mil habitantes: a Região Administrativa de Sobral e a Região Administrativa do Cariri, onde o maior destaque é para Juazeiro do Norte, a terceira cidade mais populosa do Estado e a primeira fora da RMF, que se impõem como regiões de atração de investimentos industriais e de serviços. O município de Caucaia, o que mais cresceu entre 1996 e 2000, e Maracanaú, antigo distrito de Maranguape, integrados à RMF são os mais urbanizados dentro da área metropolitana, depois de Fortaleza. A presença em Maracanaú do I Distrito Industrial do Ceará, contribuiu para uma forte densidade populacional com a presença de conjuntos habitacionais construídos a partir da década de 80, através do Sistema Financeiro da Habitação.

#### **CIDADES MAIS POPULOSAS DO CEARÁ 2000**

Cidades	População urbana	População Total	Taxa Cresc. 96.
1. Fortaleza	2.138.234	2.138.234	2,13
2. Caucaia*	225.854	250.246	4,59
3. Juazeiro do Norte	201.950	211.858	2,87
4. Maracanaú*	174.037	174.599	2,20
5. Sobral	134.371	155.120	2,86
6. Crato	83.744	104.377	2,24

7. Maranguape*	64.720	87.358	1,58
8. Iguatu	62.488	85.737	2,32

FONTE: IBGE – Dados Preliminares do Censo 2000.

NOTA: (\*) Municípios incluídos na Região Metropolitana de Fortaleza.

O crescimento econômico e populacional de Fortaleza nas duas últimas décadas vem colocando esta capital em destaque frente à outras capitais do Nordeste, principalmente pela decadência econômica do estado de Pernambuco que colocou em cheque a cidade de Recife como antiga capital regional e pela crise do cacau vivenciada pelo Estado da Bahia, deixando Salvador numa posição demográfica muito próxima da capital cearense.

A taxa de crescimento demográfico de Fortaleza, que foi de 4,3% no período 1970-80, caiu para 2,17% em 1991-96, permanecendo praticamente estável entre 1996 e 2000 (2,13% de acordo com os dados preliminares do último censo). No período 1991-96 a taxa de crescimento da RMF foi de 2,32%; em 1996-2000 a ampliação da Região em mais quatro municípios, que apresentam elevadas taxas de crescimento demográfico, evidenciam que a grande Fortaleza cresce e se fortalece no contexto demográfico e da reestruturação do espaço urbano, perante as outras metrópoles da região Nordeste. Dados oficiais da Prefeitura Municipal de Fortaleza mostram que em 1999 a população da capital já atingia os 2.097.797 de habitantes, com uma densidade demográfica de 63 habitantes por quilômetro quadrado e uma renda per capita em torno de 3.570 reais.

A taxa de ocupação da população em idade ativa em Fortaleza em 1997 era de 40,06%, enquanto a taxa de ocupação do setor informal era de 53,59% e o índice de desemprego aberto em torno de 10,23%, conforme metodologia do SINE, idêntica à do DIEESE/SEADE. Conforme os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar realizada em 1996, a RMF está na dianteira das demais regiões metropolitanas brasileiras em nível de concentração de renda, com o índice de Gini apontando para 0,622, índice que se manteve inalterado desde 1987. Isto significa que enquanto os 10% mais pobres ganham em média 0,76 do salário mínimo, os 10% mais ricos ficam com 45,47 salários, patamar superior ao alcançado pelas camadas privilegiadas de Salvador e Recife (SOARES, 1998).

Em 1990, cerca de 63% das fábricas estavam instaladas na RMF, decrescendo para 58,7% em 1996, fato que reflete o esforço de descentralização realizado pelo governo do estado (SOARES, 1998). Segundo estudo coordenado por SOARES, o

processo de industrialização não alterou significativamente o caráter tradicional da estrutura industrial preexistente no Ceará e em Fortaleza, embora tenha provocado diversificações e mudanças na participação e na estrutura do emprego e da renda no decorrer dos anos. Porém, entre as indústrias consideradas como tradicionais (têxteis, calçados e alimentares) existem algumas engajadas no alto padrão tecnológico com métodos gerenciais modernos comparáveis com as adotadas por empresas modernas do setor de outras regiões do País e do mundo, entretanto o predomínio é das micro e pequenas empresas. O parque industrial de Fortaleza hoje é composto basicamente de quatro tipos de indústrias: extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços de utilidade pública (p. 27). Para SOARES o turismo constitui-se ainda numa atividade pouco explorada em decorrência da precariedade dos equipamentos e serviços ofertados aos turistas. Mesmo assim, Fortaleza se colocaria como o terceiro pólo receptor no Nordeste, depois de Natal e Maceió.

PIQUET (2000) constata que a abertura a articulações internacionais e a fragmentação das cadeias produtivas teriam fortalecido especializações regionais geradoras de focos dinâmicos, citando o caso de Fortaleza, onde a realocização teria se verificado nos segmentos mais leves da indústria de menor densidade de capital e mais intensivos em mão-de-obra e que operam em mercados concorrenciais. “Fortaleza detêm apenas cerca de 5% dos postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de São Paulo, sendo porém a única região metropolitana que mostra crescimento na oferta de emprego industrial no período 1986 a 1996, com a criação de 4.279 novos postos de trabalho” (p.7). Analisando a distribuição do emprego industrial entre as regiões metropolitanas e os demais municípios dos estados, a autora evidencia que o grau de concentração industrial na área metropolitana de Fortaleza é bastante elevado, comparando com a do Rio de Janeiro, havendo porém tendência de desconcentração no período. O Ceará apresentaria uma nova opção locacional para a indústria dos ramos tradicionais, em que o interior cresce mais significativamente que a Região Metropolitana de Fortaleza (p. 12 e 13).

BARROS DE CASTRO, (apud PIQUET) acrescenta que enquanto a Grandene instala fábricas de calçados e sandálias no Nordeste, mantém seu “cérebro” no Rio Grande do Sul, onde define os rumos estratégicos, os novos *designs*, contrata consultorias, etc. Enquanto os trabalhadores do Ceará levam para casa um salário mínimo, o salário médio no sul é seis vezes maior (p. 19).

ARAÚJO (2000) também constata a forte concentração industrial em Fortaleza.

Com uma população de quase dois milhões de pessoas que corresponde a 28,9% da população do estado do Ceará, os 590 mil empregos gerados em 1995, cerca de 389 mil, ou 65,9% estavam concentrados na capital (p.28).

*“Essa grande concentração é observada em praticamente todas as atividades produtivas mais relevantes.(...) É nítida , a partir desses dados, a hegemonia do município da capital, devido sobretudo, à presença pouco relevante, no Estado, de municípios de grande porte que contrabalançam a importância e a influência econômica de Fortaleza” (Araújo, 2000, p. 28).*

## **UMA METRÓPOLE REGIONAL**

### **A Emergência de Fortaleza como Metrópole Regional**

Fortaleza é uma cidade moderna, com um pequeno passado histórico em relação às outras capitais nordestinas. A cidade só foi elevada à categoria de vila em 1726, tendo se desmembrado da Capitania de Pernambuco em 1799 e chegado à condição de cidade em 1826. Só no início do século XIX , com o aparecimento das primeiras atividades de exportação do Ceará é que a cidade de Fortaleza começa a ter expressão urbana, pois as vilas de Sobral, Icó, Aracati e Crato apresentavam maior expressão econômica no estado, com funções de primeiro nível, enquanto a capital apresentava-se como centro de terceiro nível na hierarquia das cidades. Já no final daquele século, de uma pequena cidade com apenas 40.902 habitantes, Fortaleza em menos de um século alcança e ultrapassa a cifra de cidades com mais de dois milhões de habitantes.(BORZACCCHIELLO DA SILVA, 2000, pp. 226-230).

Segundo o autor, no Ceará como em todo o Nordeste, o urbano resultou mais do peso da agricultura e da pecuária no processo de organização do espaço, diferentemente do Sul e Sudeste, onde a industrialização induziu o processo de urbanização:

*“O desenvolvimento da lavoura algodoeira e a colocação desse produto no mercado internacional provocaram a projeção de Fortaleza como centro urbano. Pouco a pouco, a capital cearense foi adquirindo destaque entre as cidades do estado e, posteriormente, entre as cidades brasileiras” (Op. cit. p.229).(…) “Foi como porto exportador de algodão e, posteriormente, de cêra-de-carnaúba, que Fortaleza ganhou importância no século XX e teve suas instalações portuárias construídas” (Op. cit. p. 225).*

A capital cearense é um exemplo de como a economia primário-exportadora foi capaz de promover a expansão urbana e organizar o seu espaço: *“Uma rápida observação no arranjo espacial de Fortaleza, nos arredores do seu Centro tradicional e de seu antigo porto, o Poço das Dragas, permite verificar a permanência de antigos armazéns de estocagem e beneficiamento daqueles produtos*

*oriundos do sertão*”(Op. cit. p. 217). Hoje o símbolo pós-moderno do Centro Dragão do Mar de Cultura e Arte, em meio à área dos antigos armazéns não deixa de ser uma agressão ao passado histórico da cidade.

A condição de capital administrativa e sede de repartições públicas e órgãos administrativos do estado e a construção da Estrada de Ferro de Baturité, no momento áureo da produção algodoeira, o melhoramento do porto, a construção de rodovias, entre outras medidas, teriam contribuído para que Fortaleza fosse, paulatinamente adquirindo feições de grande metrópole e aos poucos estabelecendo uma competição com as demais cidades do interior, até chegar à posição que desfruta hoje (Op. cit. p.230 ).

No entanto, foram as secas periódica que assolavam o interior e principalmente a abertura de estradas e a construção de rodovias ligando a capital aos municípios do interior e de outros estados que teriam contribuído para Fortaleza se transformar em atração para a população migrante, criando as condições necessárias para um vertiginoso crescimento demográfico e um reforço das funções urbanas da cidade. O crescimento demográfico da cidade é explicado tanto pelo poder de pólo de atração, como pelas condições repulsivas de vida em grande parte do interior do estado, além da presença de brasileiros de outros estados, especialmente do Nordeste e da Amazônia e de estrangeiros, porém em pequena escala, residentes na cidade. O crescimento acelerado de Fortaleza interfere sobremaneira no território da Região Metropolitana, facilitando a expansão da malha viária e de redes de sistemas cada vez mais integradores (Op. cit. pp. 230-231).

Neste final de século, a frágil rede de cidades do Ceará, sob o comando de Fortaleza, teria contribuído para o fenômeno da macrocefalia urbana, que explica o crescimento desmesurado da capital, em detrimento das cidades do interior (Op. cit. p.217). Enquanto Fortaleza atinge uma população de mais de dois milhões de habitantes, a segunda cidade mais populosa, Caucaia, apresenta população quase dez vezes inferior (225 mil, em 2000) e a quarta, Maracanaú, com 174 mil habitantes, estão situadas dentro da região metropolitana.

BORZACCHIELLO DA SILVA (1991) explica a expansão de Fortaleza a partir do porto algodoeiro, vocação agrícola do Ceará, como grande centro coletor e beneficiador da produção do interior. “*A medida que aumentava a produção algodoeira do estado, que se alastrou principalmente pelo Sertão Central, Fortaleza foi consolidando sua função centralizadora*”(p.48). Referindo-se a uma pesquisa do

IPLANCE, o autor aborda aspectos da supremacia que Fortaleza teve na implantação da malha de transportes rodoviários no início do seu crescimento, consolidando o processo de polarização de Fortaleza em relação ao porto de Camocim, no estado e áreas limítrofes do Piauí e Rio Grande do Norte, disputando com Pernambuco a influência sobre vasta área da região Nordeste (pp. 48-49). A instalação da ferrovia, a intensificação das relações da cidade com o espaço regional através desta modalidade de transporte teriam provocado sensíveis alterações na malha urbana de Fortaleza, na fase contemporânea, com o surgimento das indústrias, dos bairros operários, das favelas e dos espaços segregados da burguesia (p.50).

A rápida expansão de Fortaleza nos anos 90 parecem indicar uma consolidação desta tendência para a formação de um grande pólo regional que tem um raio de influência que se estende do Nordeste até o Norte. A moderna industrialização recente e as obras de infra-estrutura urbana vem contribuindo para aumentar o poder de atração da cidade tanto sobre a população interiorana, como aquela originária de outros estados. A lenta descentralização industrial dificilmente inverterá esta tendência observada nos últimos vinte anos, mesmo com os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do estado na interiorização da indústria, frente à fragilidade da economia do estado e das taxas de urbanização das outras regiões administrativas, relativamente à RMF.

Na década de 90, a iniciativa privada trouxe para a cidade um parque aquático e equipamentos hoteleiros modernos e de grande porte, tendo o poder local entre 1993 e 1996 assumido o patrocínio do avanço dessa atividade, como fonte gerador de emprego e renda. Através de ações como o financiamento de campanhas de divulgação da cidade, capacitação de pessoal prestador de serviços ligados à recepção turística, aparelhamento dos principais corredores turísticos da cidade, Fortaleza assumiu o lugar de terceiro pólo receptor do Nordeste, atraindo cerca de 15% dos visitantes que desembarcam anualmente no Nordeste (ARAÚJO, 2000, pp. 56 - 57).

O Metrofor, metrô de superfície de Fortaleza, em fase de implantação, deverá aumentar o crescimento da população nas estações de transbordos ao longo de suas linhas, que deverão ser integradas com linhas de ônibus. A malha urbana da cidade já alcança praticamente o seu limite Sul e Oeste em direção aos municípios de Maranguape, Pacatuba e Caucaia, devendo provocar novas mudanças na distribuição da população nos próximos anos. A expansão do setor industrial no Distrito Industrial de Maracanaú e no Complexo Industrial Portuário do Pecém, em implantação, deverá



mudar os fluxos de deslocamento da mão-de-obra operária e da construção civil (BORZACCHIELLO DA SILVA, 2000, pp. 231-233).

O crescimento da cidade aponta para o preenchimento dos vazios urbanos, mesmo com a verticalização, especialmente em seu setor leste, onde se destacam a Aldeota, Meireles e bairros adjacentes, onde concentra-se a oferta de comércio e serviços especializados, atendendo a uma incipiente classe média que apresenta melhor poder de compra (Op. cit. pp.231-232). A construção do *Shopping Iguatemi* em 1982 e sua ampliação em 1992 iniciou um intenso processo de ocupação e uso do solo no seu entorno, propiciando aumento acentuado do comércio ao longo das principais vias de acesso à área e seu prolongamento, pelo eixo que se estende do *shopping* até a Casa José de Alencar, em Messejana, passando pelo Bairro Edson Queiroz (p. 234).

Ao lado de grandes obras implantadas recentemente como a ponte rodoviária sobre o Rio Ceará, as rodovias Sol Poente e Sol Nascente, o novo aeroporto internacional Pinto Martins e o Sanear, se destacam os imensos conjuntos habitacionais que contornam a cidade, construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, que deram lugar à formação de favelas e pequenos núcleos construídos pelo sistema de mutirão, ampliam o processo de ocupação do território da cidade e da sua Região Metropolitana (Op. cit. p.233).

O caso de Fortaleza é típico do fenômeno de macrourbanização e metropolização descrito por SANTOS (1993) como características de grande parte das cidades brasileiras nas duas últimas décadas: concentração da população e da pobreza, concentração das atividades relacionais modernas e localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional do trabalho e às suas repercussões, enquanto outras cidades experimentam o fenômeno da “involução metropolitana” (p.78). Em paralelo a isto existiria a tendência à desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes de população urbana, com a chegada de novas aglomerações à categoria de cidade grande e de cidade intermediária, como resultado do crescimento dos núcleos de mais de 20.000 habitantes (pp. 81-83).

SANTOS refere-se a estes fenômenos contemporâneos como casos de urbanização corporativa, isto é, “*empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das conseqüências de uma expansão capitalista devorante de recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os*

*investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais”* (p. 96). Assim, com a fluidez do capital para operar em maior área estaria assegurada a unificação do território e do mercado, respondendo pelo processo de concentração da economia, com a constituição de empresas oligopolistas que ampliariam cada vez mais seu raio de ação e seu poder de mercado (pp 102-103).

A forma como se apresenta a cidade de Fortaleza nos anos 90 é como uma metrópole regional no sentido utilizado por SANTOS (1993):

*“Aumenta o número de cidades locais e sua força, assim como os centros regionais, ao passo que as metrópoles regionais tendem a crescer relativamente mais que as próprias metrópoles do Sudeste. As metrópoles regionais mudaram de qualidade nestes últimos dez anos, primeiro porque se transformam em metrópoles com um conteúdo nacional, capazes de manter relações nacionais, e segundo, porque as respectivas regiões metropolitanas passaram a constituir áreas onde se diversificam e avolumam as relações interurbanas, com aumento da divisão do trabalho que conduz ao apressamento e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais”* (p. 121).

### **Fortaleza e sua Organização Territorial**

Em 1979 o poder público municipal criou o Plano Diretor Físico de Fortaleza, através da Lei 5.122-A que dispunha sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, que orientou o crescimento da cidade até 1996, quando entrou em vigência a nova Lei (No 7.987 de 23 de dezembro) de uso e ocupação do solo, obedecendo princípios e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU), aprovado em 16 de janeiro de 1992 (Lei No 7.061). Através da nova Lei o espaço da cidade foi ordenado em zonas de uso predominantemente residencial, comercial, industrial e corredores de atividades e pólos de adensamento.

Segundo o urbanista Joaquim CARTAXO (*Cidade Fátual*, 2000) esta nova lei alterou profundamente os padrões urbanísticos e o tráfego no sistema viário, destacando as mudanças ocorridas nas avenidas Santos Dumont e Bezerra de Menezes; a verticalização arquitetônica concentrada nos bairros Centro, Aldeota, Meireles, Papicu e Avenida Beira Mar; a construção de parques urbanos e urbanização da beira mar, Praia de Iracema e parte da Praia do Futuro; os novos equipamentos como os *shopping centers* e *flats*. Nesse processo, o Centro perdeu atividades, sendo hegemonizado pelas atividades tradicionais ligadas ao comércio varejista enquanto os corredores de atividades e os *shopping centers* passaram a ser fortes concorrentes na atração de comércio e de serviços. Assim, o Centro perdeu a

concorrência para as atividades de turismo/lazer e comercialmente passou a atender predominantemente setores sociais de menor poder aquisitivo, enquanto a orla marítima e outros bairros burgueses são atração de investimentos públicos e privados, visando a formação de um pólo turístico internacional (pp. 58-59). Estas ações teriam provocado o esvaziamento e a diminuição da função do Centro como principal pólo comercial e de cultura, além da função cívica a partir da mudança da Câmara Municipal para o bairro Meireles, da Assembléia Legislativa para o Dionísio Torres e da sede do Governo Estadual para o Cambéba (p.119).

A tendência que se observa em Fortaleza é a mesma das grandes cidades brasileiras, cuja gestão não se orienta para atender as demandas populares, mas no sentido de torná-las competitivas para atração do turismo e dos capitais privados. CARTAXO explica que na atual política urbana existe uma tendência de substituição do conceito de espaço regional pelo de “foco de competitividade” que prioriza setores de mais alta produtividade com capacidade de garantir inserção na economia mundial. Daí porque a construção das obras como o Centro Dragão do Mar, a reforma da Ponte dos Ingleses (Ponte Metálica), a reconstrução do tradicional restaurante Estoril e a conversão de uso de parcela da Praia de Iracema, que de bairro residencial passou a utilização comercial e de serviços (pp. 117-118).

Para o urbanista essas mudanças têm qualidades desiguais no território da cidade. No Centro, na Praia de Iracema e na Aldeota predomina a construção de grandes equipamentos de comércio e serviços, a exemplo dos novos mercados Central e São Sebastião, Centro Cultural Dragão do Mar e os *shopping centers*, enquanto nos bairros da periferia as obras não passam de calçamento e caiação do meio-fio. Este tipo de política consolidaria a cidade rica infra-estruturada e bem atendida em serviços e a cristalização da cidade pobre (Op. cit. p.60).

*“A produção do espaço urbano retrata essas desigualdades, configuradas no acesso e forma de apropriação da terra, resultando na formação de duas cidades no mesmo território municipal. A cidade da Zona Oeste, que tem solo impermeável, elevado lençol freático, carência de infra-estrutura e apresenta uma densidade de população de baixa renda; a cidade da Zona Leste, com melhores condições de solo e infra-estrutura, onde encontram-se elevadas concentrações de população com renda média e alta”* (Op. cit. p. 75).

Esta dualidade reflete a ganância da especulação imobiliária que contribui para acentuar ainda mais a segregação, as desigualdades e a exclusão no sistema habitacional, agravando a situação do espaço habitado, com o aumento das favelas,

ao lado do crescimento dos condomínios fechados, que são verdadeiras fortalezas em microespaços privilegiados da burguesia. Devido ao enorme crescimento dos custos de moradia e de uso do solo urbano na capital, a alternativa para as classes médias empobrecidas é o deslocamento para os espaços menos onerosos em outros municípios da RMF, a exemplo de Eusébio e Caucaia, enquanto o operariado da indústria e da construção civil tende a se deslocar para os municípios de Maracanã (Distrito Industrial) e Maranguape. Estes movimentos da população caracterizam a periferização da pobreza urbana ao lado das fortificações da burguesia, nas áreas de maior valor econômico, fenômeno denominado por MOLLENKOPF e CASTELLS (1992) de “esquartejamento” da cidade, onde destacam o poder segregativo das classes superiores e enfatizam esta realidade como o resultado da luta pela apropriação do espaço físico.

Dados oficiais apresentados por BORZACCHIELLO DA SILVA (2000) registravam em 1985 no município de Fortaleza 234 favelas com 64.035 domicílios, 70.450 famílias e 352.250 pessoas residentes. Em 1991, os números passaram para 313 favelas com 98.258 domicílios, 108.145 famílias e 540.720 habitantes. Hoje o número de favelas já chega a 614 mais 67 áreas de risco, com mais de 700 mil pessoas vivendo em situação de exclusão, segundo depoimento do advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza João Accioly, no Jornal “O Povo” de 13 de fevereiro de 2001. Para ele o “deficit” habitacional de Fortaleza ultrapassa a 150 mil unidades, que corresponde à sexta maior demanda do país. Este é, certamente, o lado mais sombrio deste perverso e caótico processo de urbanização de Fortaleza.

## **TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DA METRÓPOLE**

Para alguns autores, a reestruturação produtiva e a informacionalização das economias capitalistas a partir dos anos 70 teriam contribuído para mudanças radicais na estrutura do emprego e do mercado de trabalho (CASTELLS, 1999). As teorias sobre o pós-industrialismo apontam para a emergência de uma economia de serviços em detrimento de uma redução da importância relativa da indústria nas economias mais avançadas.

Para CASTELLS aquelas teorias apontam três tendências observadas:

- A fonte de produtividade reside na geração de conhecimentos em todas as esferas da atividade econômica mediante o processamento da informação;
- A atividade econômica mudaria da produção de bens para prestação de serviços na medida em que as economias avançam, concentrando-se o mercado de trabalho em serviços;
- A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos, como as profissões administrativas, especializadas e técnicas.

Utilizando a metodologia do emprego elaborada por SINGELMANN (1978), CASTELLS faz um estudo empírico para os países do G-7, visando compreender a transformação da estrutura do emprego no período 1970-90, onde destaca o crescimento das seguintes categorias de serviço:

1. **Serviços relacionados à produção**, sendo considerados serviços estratégicos da nova empresa, provedores de informação e de suporte para aumentar a produtividade e a eficiência das empresas, portanto, sua expansão deveria seguir de mãos dadas com o aumento da produtividade da economia. A expansão desses serviços estaria provavelmente associada aos processos de desintegração e terceirização que caracterizam a empresa informacional;
2. **Serviços sociais** como expressão do desenvolvimento econômico, mas o ritmo da expansão desses serviços dependeria mais diretamente da relação entre o Estado e a sociedade que do estágio de desenvolvimento da economia;
3. **Serviços de distribuição** que combinam transporte com comunicação, além do comércio no atacado e varejo, atividades supostamente típicas do setor de serviços das sociedades menos industrializadas;
4. **Serviços pessoais** como remanescentes do proto-industrialismo e como expansão do dualismo social característico de uma sociedade informacional, estes serviços continuariam a representar uma proporção considerável nas economias pós-industriais, tendo aumentado sua participação desde os anos 70.

MILLER (1999) utilizando a mesma metodologia de SINGELMANN fez um estudo do setor serviços para economia brasileira, onde utiliza a classificação dos serviços baseada nas quatro categorias: os **serviços ao produtor** que compreendem os que provêm das finanças, design, gerenciamento e serviços legais; os **serviços distributivos** referentes a transporte, comunicação, armazenamento e vendas de

produtos para empresas e consumidores finais; os **serviços sociais**; e os **serviços pessoais** que agregam atividades que atendem ao consumidor final, coletivamente ou individualmente.

Para trabalhar com os dados classificados pelo IBGE, MILLER desagregou os dados das PNADs nos anos de 1980 e 1990 para reagrupar os setores de atividades conforme os critérios e a metodologia citada. Esse esforço metodológico visa obter uma série de dados a partir de 1988 para evidenciar os efeitos da abertura econômica sobre a ocupação no Brasil. A metodologia utilizada pela autora nos permitiu obter uma série histórica de dados sobre a estrutura produtiva da metrópole de Fortaleza, com base na ocupação dos setores considerados.

É fundamental esclarecer que a importância de cada setor econômico na estrutura da produção, tomando como variável a ocupação coloca um certo viés na informação, na medida em que a reestruturação microeconômica das empresas brasileira para enfrentar a competição global na segunda metade dos anos 80 e a política de abertura comercial praticada nos anos 90 levaram as empresas a um drástico enxugamento dos seus gastos com pessoal, a exemplo do setor financeiro, que teve o número de trabalhadores ocupados reduzido em mais de 30%.

Conforme a metodologia sugerida, temos a nova agregação de setores produtivos para a Região Metropolitana de Fortaleza, a partir da qual chegamos aos resultados exibidos na tabela 1, onde a **Indústria** foi desagregada segundo os sub-setores:

1. Transformação dinâmica (metalúrgica, mecânica, material elétrico e comunicações material de transporte, papel e papelão, borracha, químicas e matérias-primas, destilação de petróleo e carvão, produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabões e velas, fumo, editoriais e gráfica);
2. Transformação tradicional (minerais não metálicos, madeira, mobiliário, couros e peles, material plástico, vestuário, calçados, produtos alimentares, bebidas);
3. Fabricação caseira (artigos de palha, domiciliares têxteis, domiciliares de produtos alimentares);
4. Outras indústrias (extração mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública);

Os **Serviços** por sua vez foram desagregados em:

- Serviços da produção (serviços técnico-profissionais, incorporação de imóveis, administração, limpeza, vigilância e guarda de imóveis, serviços auxiliares a

atividades econômicas em geral, instituições de crédito, seguros e capitalização);

- Serviços de distribuição (comércio de mercadorias, comércio ambulante , comércio por auto-serviço, comércio especializado em lojas, transporte de carga e passageiros e comunicações);
- Serviços públicos (educação pública e cultura, entidades científicas, tecnológicas e culturais, serviços de saúde pública, previdência social pública, assistência social inclusive asilos e creches e administração pública e defesa);
- Serviços sociais privados (educação, saúde, previdência social particular e outros serviços sociais não lucrativos);
- Serviços pessoais (reparação e conservação de bens inclusive confecção sob medida, hospedagem e alimentação, lazer exceto hospedagem, alimentação e transporte, serviços domésticos, serviços de higiene pessoal inclusive academias de ginástica, outros serviços.

A tabela 1 apresenta os resultados consolidados da distribuição relativa da População Economicamente Ativa (PEA) da metrópole de Fortaleza por setores e sub-setores, conforme a metodologia proposta. Os dados mostram que a agricultura, extrativa e pesca vem reduzindo sua participação na população ocupada desde 1988, enquanto a ocupação na indústria se mantém em nível constante, em mais de 24%, a partir daquele ano e os serviços vêm crescendo gradativamente desde 1981 até 1995, mantendo-se relativamente constante em 1998.

A indústria da construção civil (outras) e a indústria tradicional (*vestuário, calçados e produtos alimentares*) são os ramos que mais empregam na indústria cearense, embora haja sinais de redução na participação da ocupação em outras indústrias ao longo dos anos estudados, na metrópole de Fortaleza.. A indústria tradicional permanece quase inalterada em termos de sua importância na geração de postos de trabalho, caindo de 12% para 11,3% de 1981 a 1998. Enquanto a indústria dinâmica mantém praticamente a mesma participação na ocupação até 1995, variando de 3,3% naquele ano para 2,7% em 1998.

**TABELA 1: Participação Relativa da PEA de Fortaleza por Setores ( %)**

Setores/ Sub-setores	1981	1988	1995
1998			
_____ AGRICULTURA, EXTRATIVA E PESCA	4,8	5,0	

2,7	2,6			
	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>28,1</b>	<b>24,5</b>	<b>24,7</b>
<b>24,8</b>				
	1.Outras Indústrias	12,0	8,7	9,4
10,2				
	2.Transformação Dinâmica	3,2	2,9	3,3
2,7				
	3. Transformação Tradicional	12,0	12,7	10,8
11,3				
	4. Fabricação Caseira	0,9	0,2	1,1
0,6				
	<b>SERVIÇOS</b>	<b>66,5</b>	<b>69,8</b>	<b>72,1</b>
<b>71,9</b>				
	1.Serviços da Produção	5,7	6,4	6,2
7,4				
	2. Serviços de Distribuição	20,7	20,7	23,2
23,2				
	3. Serviços Públicos	13,6	13,9	14,1
13,2				
	4. Serviços Sociais Privados	1,9	2,3	2,1
2,8				
	5. Serviços Pessoais	24,6	26,5	26,5
25,3				
	ATIVIDADES NÃO CLASSIFICADAS	0,8	0,6	0,5
0,7				
	TOTAL	100,0	100,0	100,0
100,0				

FONTE: IBGE/ PNADs - 1981, 1988, 1995, 1998.

A redução das taxas de ocupação na indústria a partir de 1988 são sinais de mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas que tiveram de ajustar sua estrutura de custos para enfrentar a concorrência internacional, fazendo uso principalmente do enxugamento do quadro de pessoal. Portanto, esta tendência não pode ser vista como uma redução da importância da indústria na formação da renda da Região. Os dados mostram que apenas as indústrias tradicionais e as outras indústrias (destacando-se a *construção civil e a extrativa mineral*) apresentaram taxas positivas de crescimento dos postos de trabalho entre 1995 e 1998. Entretanto, nos períodos 1981/88 e 1988/95 a indústria dinâmica foi a que apresentou as maiores taxas decréscimo da ocupação (4% e 5%, respectivamente).

Os serviços são um forte setor de geração de emprego em Fortaleza, onde se destacam os serviços pessoais, participando com 25,3% da ocupação em 1998 e os serviços de distribuição, com 23,2% no mesmo ano; em seguida vêm os serviços públicos, com 13,2%, os serviços da produção, com 7,4% e os serviços sociais



privados, com 2,8% da ocupação total da RMF.

Ao longo do período analisado, a participação destes sub-setores na ocupação vem, em geral, aumentado como se pode observar na tabela 1, embora seja bem nítida a tendência de crescimento da ocupação nos serviços da produção, nos serviços da distribuição, nos serviços pessoais e nos serviços sociais privados, embora neste os percentuais ainda sejam baixos.

Do ponto de vista das taxas de crescimento dos postos de trabalho na RMF (tabela 2), são os serviços da produção, com exceção das *instituições de crédito, seguros e capitalização*, que sofreram um drástico enxugamento a partir dos anos 90, observa-se taxas positivas de crescimento da ocupação em todos os sub-setores, destacando-se *os serviços de administração, limpeza, vigilância e guarda* que se destacam com taxas de crescimento bastante elevadas em 1981/88 (8,24%) e em 1988/95 (13,36%). Nos serviços de distribuição é o *comércio especializado (lojas)* que lidera o grupo, tendo participado com 12,3% da ocupação em 1998, embora apresente taxa de crescimento negativa entre 1995 e 1998. O grupo *comércio ambulante*, que no período 1981/88 ofereceu um aumento de 12,87% na ocupação, apresentou taxa decrescente nos períodos seguintes, chegando a decrescer 0,46% no período 1995/98. *Comércio por auto-serviço, transporte de carga e passageiros e serviços auxiliares do transporte* são os grupos com maiores taxas de crescimento da ocupação. É nos serviços sociais privados e nos serviços pessoais onde destacam-se as maiores taxas de crescimento da ocupação: *saúde, outros serviços sociais, lazer, serviços de higiene pessoal, e academias de ginástica* apresentam taxas de crescimento positivas e bastante significativas nos três períodos.

## CONCLUSÃO

O processo de industrialização periférica experimentado pelo Ceará na última década, com fortes repercussões sobre a estrutura urbana da cidade de Fortaleza e sua região metropolitana, aponta para o surgimento de novas tendências espaciais e para o agravamento das desigualdades e da segregação socioespacial. A concentração da indústria na Região Metropolitana de Fortaleza é emblemática do ponto de vista da atração para a população do interior do estado, gerando impactos significativos sobre o mercado de trabalho e sobre a demanda de habitações, com resultados desalentadores na reestruturação do espaço urbano. O crescimento do turismo e de outros serviços considerados modernos vem contribuindo para novas tendências no

mercado de trabalho e para transformações na estrutura ocupacional.

No entanto, a partir dos dados das PNADs analisados, vimos que a evolução do mercado de trabalho de Fortaleza no período 1981 a 1998 aponta para uma permanência da participação relativa do emprego industrial, ao mesmo tempo que decresce o emprego rural e cresce o emprego no setor serviços, em todos os sub-setores em geral. Ao utilizarmos a metodologia de desagregação dos serviços proposta por MILLER chegamos a resultados pouco alentadores, pois os *serviços da produção, os serviços sociais privados e os serviços pessoais* estão em franca expansão, porém ainda representam uma pequena parcela da população ocupada. Estas tendências qualificariam Fortaleza como uma metrópole pós-industrial, no conceito de CASTELLS, quando outros dados mostram que a grande Fortaleza e o restante do estado do Ceará experimentaram nestes anos 90 um vitalizante processo de industrialização tardia, porém os ramos que mais crescem são aqueles da indústria tradicional (têxtil, calçados, alimentos, etc.), embora tenha se observado uma notável modernização em seus processos produtivos e gerenciais.

Estas observações permitem concluir que apesar do crescimento e da modernização da indústria cearense, a maior parte da população ocupada ainda exerce atividades ligadas aos serviços tradicionais, embora cresçam em ritmo maior os empregos nos serviços considerados modernos. Nesse caso, o processo de industrialização tardia vivenciado pela metrópole de Fortaleza nos anos 90 confere a ela um dinamismo econômico que a coloca em destaque como *metrópole regional periférica* que polariza grande parte da região Nordeste e, provavelmente a região Norte. Assim, seria falso prognosticar a tendência de cidade pós-industrial, para a estatura de uma jovem cidade nordestina, daí porque deduzimos que o modelo teórico inspirado em CASTELLS não se aplica à realidade emergente das metrópoles nordestinas.

## BIBLIOGRAFIA

AMORA, Zenilde B. - O Espaço Urbano Cearense: breves considerações. In: O Ceará: Enfoques Geográficos, Editora FUNECE, Fortaleza, 1999.

\_\_\_\_\_ - Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. In: História do Ceará, Fortaleza, 1994.

ARAÚJO, T. Bacelar - Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2000.

BANCO DO NORDESTE - Os Serviços no Nordeste Brasileiro: Emprego e Renda 1985/1995.  
Fortaleza, 1997.

CASTELLS, M. – A Sociedade em Rede, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

BORZACCHIELLO DA SILVA, J. – Os Incomodados não se retiram. Fortaleza em Questão, Fortaleza, 1991.

\_\_\_\_\_- A Cidade Contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.), Uma Nova História do Ceará, Editora Demócrito Rocha, Fortaleza, 2000.

CARTAXO, Joaquim – A Cidade Fátual. Editora Imprensa Universitária, Fortaleza, 2000.

CASTELLS, Manuel – A Sociedade em Rede, Editora Paz e Terra, 1999.

COSTA, M. C. Lustosa – Urbanização da Sociedade Cearense. In: O Espaço no Fim do Século: a Nova Raridade. Editora Contexto, São Paulo, 1999.

GONDIM, Linda M. – Os “Governos das Mudanças”(1987<sup>a</sup> 1994). In: SOUZA, Simone (Org.), Uma Nova História do Ceará, Editora Demócrito Rocha, Fortaleza, 2000.

MILLER, Lilian M. – Qualidade do Emprego nos Serviços. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

MOLLENKOPF, J. H. e CASTELLS, M. - Dual City: Reestructuring New York. Russel Sage Fundation, New York, 1992.

PIQUET, Rosélia. O Emprego Industrial Metropolitano e a nova Divisão Espacial do Trabalho no Brasil. Mimeo, Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, D. Andrade - O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: A Experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais. In Revista do BNDES, V. 05, No 10, Dezembro, 1998.

SABÓIA, J. – Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90: Um Enfoque Regional. Instituto de Economia/UFRJ. Mimeo, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, M - A Urbanização Brasileira. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

SOARES, J. Arlindo - Desafios da Gestão Municipal Democrática: Fortaleza – 1993/1996. Centro Josué de Castro/Instituto Pólis, Recife/São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, F. J. Soares - Reestruturação Produtiva na Indústria Cearense: Novos Paradigmas de Produção e Consumo da Força de Trabalho. Mimeo, Fortaleza, 1996.